

ATA DA 030ª SESSÃO ESPECIAL
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025 EM
COMEMORAÇÃO AOS 80 ANOS DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL - TRE/SC
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido para compor a Mesa as seguintes
autoridades:

Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do
Estado de Santa Catarina, Desembargador Francisco
Oliveira Neto;

Senhor Presidente do Tribunal Regional
Eleitoral de Santa Catarina, Desembargador Carlos
Alberto Civinski;

Senhor 1º Vice-Presidente da Assembleia
Legislativa do Estado de Santa Catarina, eminente
Deputado Fernando Krelling;

Senhor Desembargador do Tribunal Regional
Federal da 4ª Região, Marcos Roberto Araújo dos
Santos, neste ato representando o senhor
Presidente daquela corte, Desembargador João
Batista Pinto Silveira;

Senhor Procurador-Chefe substituto da
Procuradoria da República do Estado de Santa
Catarina, Dr. Eduardo de Oliveira Rodrigues;

Senhor Secretário da Casa Civil, Henrique de
Freitas Junqueira, neste ato representando o
senhor Governador do Estado de Santa Catarina,
Jorginho Mello.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão especial foi proposta
pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e
aprovada por unanimidade pelos demais
parlamentares em comemoração aos 80 anos de
reinstalação da Justiça Eleitoral do Estado de
Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino
Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob
a regência do Maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Registramos com satisfação a presença das seguintes autoridades: Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Finanças, Marcos Vieira; senhor Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Trabalho, Ivan Naatz; senhor ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Osmar Nunes Júnior; senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral no período de 2002 a 2003, desembargador Anselmo Cerello; senhor desembargador do Tribunal de Justiça, Eduardo Gallo; senhor desembargador do Tribunal de Justiça, Rubens Schulz; senhor vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado, desembargador Carlos Roberto da Silva; desembargador do Tribunal de Justiça e ex-deputado estadual, João Henrique Blasi; senhor desembargador do Tribunal de Justiça, André Dacol; senhor desembargador Marcos Probst; senhor desembargador Jaime Machado Júnior; senhor desembargador Gilberto Gomes de Oliveira; senhor vice-prefeito de São João do Sul, Ismael Santana; senhor presidente da Câmara de Vereadores de São João do Sul, Samuel Scheffer; vereador de Araquari, Fabio Lima Júnior; senhor ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador João José Ramos Schaefer; senhor presidente do Tribunal Eleitoral período 1996 a 1997, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 2019, desembargador Cid José Goulart Junior; senhor presidente do Tribunal de Justiça biênio 2020 e 2022 e presidente do Tribunal Eleitoral biênio 2018 e 2019, desembargador Ricardo José Roesler; senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral no período 2004 a 2005, desembargador Carlos Prudêncio; senhor presidente do Instituto Catarinense de Direito Eleitoral - Icade, Augusto Vanderlinde; senhor presidente da Fundação José Walendowsky da cidade de Brusque, Luís Antônio Walendowsky; senhor defensor público e presidente da Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina, neste ato representando o defensor público-geral, senhor João Coutinho; senhor

procurador-geral do município de Florianópolis, Dr. Ricardo Freta, neste ato representando o prefeito Topazio Neto; senhor diretor de relacionamento com a Justiça Eleitoral de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Luis Irapuan Campelo Bessa Neto, neste ato representando o senhor presidente da OAB, Dr. Juliano Mandelli; senhor vice-presidente da União de Vereadores do Estado de Santa Catarina, vereador Vinícius Ramos; senhora presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no ano de 2024 e 2025, desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta; e senhor ex-desembargador do Tribunal de Justiça, Dr. Cesar Abreu.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional. *[Transcrição: Northon]*

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, passo a condução dos trabalhos ao vice-presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Krelling.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Krelling)- Muito obrigado, senhor Presidente. Neste momento, convido para fazer uso da palavra o senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco Oliveira Neto.

O SR. PRESIDENTE FRANCISCO OLIVEIRA NETO - Boa noite a todos! Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Fernando Krelling, na pessoa de vossa excelência, saúdo todo o Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina, destacando e saudando também a presença do Deputado Marcos Vieira, Deputado Ivan Naatz, que presidem também comissões importantes dentro da estrutura do legislativo.

Saúdo toda a Mesa e todas as autoridades já mencionadas no protocolo. Dizer que não me cabe aqui, em hipótese alguma, lembrar a história da Justiça Eleitoral, até porque nesse período eu sou jovem em relação ao tempo da Justiça Eleitoral, mas eu quero enaltecer e registrar a presença dos ex-presidentes, da ex-presidente desembargadora Maria do Rocio, dos ex-presidentes do Tribunal Regional Eleitoral. Peço licença para fazer uma

saudação a todos na pessoa de meu pai, que foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Francisco Oliveira Filho e na pessoa dele, abraço a todas e a todos que tiveram a honra de presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina.

O que me cabe aqui é destacar dois pontos: O primeiro deles é que a Justiça Eleitoral, além de tudo que faz pelo país, além de tudo que realiza em relação à consolidação da democracia no país, quem conhece a história da República Federativa Brasileira sabe que ela se confunde muito com a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral é responsável, sim, pela consolidação da democracia no Brasil. Ela é sim responsável justamente pela manutenção dessa estrutura, porque como eu tenho dito e repetido, não vou cansar o contrário do Estado não é mais liberdade, o contrário do Estado é a barbárie. É disso que nós temos que lembrar. O Estado não é resultado de uma obra divina, o Estado é resultado da vontade das pessoas. E o povo, quando se manifesta, manifesta-se assim, através de um regramento das regras do jogo, é disso que se trata quando se fala da Justiça Eleitoral. A consolidação da Justiça Eleitoral no país foi fundamental para a construção da democracia. Democracia, como nós sabemos, não é - e nunca foi - a vontade da maioria. A democracia é o respeito também ao direito da minoria e a vontade da maioria, é um caminho para a consolidação da democracia. É disso que se trata quando se fala da Justiça Eleitoral. Esse é um aspecto fundamental e importantíssimo.

[Transcrição: Guilherme]

O segundo aspecto que eu quero destacar, desembargador Marcos Roberto Araújo dos Santos, que aqui representa o Presidente João Batista, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, é que a Justiça Eleitoral é a maior expressão de que o Poder Judiciário, com diferentes atribuições, com diferentes competências. Ele é um espaço de convivência, de troca de experiências e de atuação conjunta da Justiça Federal com a Justiça Estadual e isso

também precisa ser lembrado. Muito do sucesso da Justiça Eleitoral vem por essa forma de organização judiciária, que reconhece o que nós somos. Somos todos um Poder Judiciário, um só, somos todos um Poder Judiciário Nacional, que é mais do que Poder Judiciário unitário, é um Poder Judiciário Nacional, de âmbito nacional, de estrutura nacional e onde a Justiça Federal e a Justiça Estadual convivem harmonicamente, pacificamente e constroem dentro de um grande escopo, que é o da realização do sistema de justiça. Aquilo que nós, hoje, desembargador, materializamos com o EPROC, é o que acontece há muitos anos com a Justiça Eleitoral.

Portanto, os meus parabéns, minha saudação a todos e a todas. E antes de encerrar, gostaria de mais uma vez, como é a primeira vez que ocupo a Tribuna, Deputado Fernando, após o dia de ontem, que foi a votação do importante Projeto de Lei Complementar do Poder Judiciário, agradecer a vossa excelência, agradecer ao nosso Presidente que teve que se ausentar, Deputado Julio Garcia, aos Deputados Ivan Naatz e Marcos Vieira. Agradecer também a sensibilidade desta Casa em relação às questões que envolvem o Poder Judiciário. Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Krelling)
- A seguir, convido o mestre de cerimônias para conduzir a entrega das homenagens.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Búrigo) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense celebra os 80 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, um marco histórico que reafirma o compromisso do Estado com a democracia e a cidadania.

Instituída em 1932, extinta em 1937 e reinstalada em 1945, a Justiça Eleitoral retomou, há oito décadas, a missão de assegurar a legitimidade do processo eleitoral, garantindo aos cidadãos o direito fundamental de escolher livremente os seus representantes, em eleições justas e transparentes.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e os cartórios eleitorais espalhados por todo território catarinense consolidaram, ao longo desses 80 anos, uma trajetória marcada pela modernização, eficiência e credibilidade, sempre com o propósito de fortalecer o sistema eleitoral, em benefício da democracia e do exercício pleno da cidadania.

Para fazer a entrega das homenagens desta noite, convidamos o Deputado Estadual Fernando Krelling, juntamente com os deputados presentes aqui na sessão, Deputado Marcos Vieira e Deputado Ivan Naatz, para participarem do cerimonial de entrega das homenagens desta noite.

Convidamos para receber a homenagem o senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Carlos Alberto Civinski.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, senhor Gonsalo André Agostini Ribeiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem em reconhecimento aos seus 104 anos e à sua contribuição ao fortalecimento da democracia, o senhor Baldoino Manoel Mauricio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem em reconhecimento aos seus 104 anos e à sua contribuição ao fortalecimento da democracia, a senhora Tereza Bertoldi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem em reconhecimento aos seus 102 anos e à sua contribuição ao fortalecimento da democracia, a senhora Maria Evangelina da Silva Jardim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem em reconhecimento aos seus 101 anos e à sua

contribuição da democracia, o senhor Alvin Sandri.
[Transcrição: Cinthia]

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, por sua atuação como mesário desde 1998, o senhor Edson Luiz boldo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, por sua atuação como mesária desde o ano de 1998, a senhora Juciane Shirlei de Souza Giovanella.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, por sua atuação como mesário desde o ano de 1998, a senhora Lindomar Oscar Machado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, por sua atuação como mesária desde o ano de 1998, a senhora Mabel Rosane Campos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem, por sua atuação como mesária desde o ano de 1998, a senhora Marinalva Schutz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos aos excelentíssimos deputados e parabenizamos a todos os homenageados da noite. Lembramos ainda que todos os registros fotográficos deste evento estarão disponíveis a partir de amanhã no site da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O link para acesso vocês encontram Instagram da Assembleia Legislativa @assembleiasc. Sigam e acompanhem por lá também os bastidores do Parlamento Catarinense. Esta sessão é transmitida ao vivo pela TVAL e pelo canal da Assembleia Legislativa no YouTube e onde ficará disponível para visualização. Muito obrigado! Tem a palavra novamente, Deputado Fernando Krelling.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Krelling)- Neste momento, convido para fazer uso da palavra

em nome dos homenageados da noite, o diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, senhor Gonsalo Agostini Ribeiro.

O SR. GONSALO AGOSTINI RIBEIRO - Boa noite! Inicialmente, quero saudar o senhor Deputado Fernando Krelling, vice-presidente da Alesc, a Casa do Povo; o meu Presidente e desembargador Carlos Alberto Civinski, Presidente do TRE de Santa Catarina, a Casa da Democracia; e em nome deles faço uma saudação a todos aqueles que nos prestigiam neste evento.

Os 80 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral simbolizam um marco inegável. Santa Catarina representa também a celebração de oito décadas de harmonia institucional entre os poderes, órgãos e autoridades que, em conjunto, constroem e fortalecem a democracia a cada passo de sua atuação. Esta é uma história de resiliência e profundo compromisso cívico.

Desembargador João José Ramos Schaefer, somos lembrados por aspectos institucionais e históricos que nos envaidecem tanto a justiça eleitoral, quanto tenho certeza, a Alesc. Isso proporciona o orgulho cívico da consciência do cumprimento de nossa finalidade institucional, construída ao redor da figura do voto que aqui foi simbolizado com eleitores com mais de 100 anos. E digo aqui uma curiosidade, somos o Estado da Federação que mais tem eleitores com mais de 70 anos comparecendo às urnas. Isso foi construído ao redor da figura do voto, mas que tem como propósito nada menos do que aferir e cancelar o cumprimento da vontade popular. Cumpre-me, desembargador Francisco Rodrigues de Oliveira Filho, entretanto, na condição de servidor da carreira eleitoral, a qual tenho muito orgulho, estou envaidecido de estar aqui representando os meus colegas. Um dever adicional neste momento de comemoração ou de exaltar o verdadeiro trunfo dos trabalhos eleitorais, a defesa dessa gigantesca e complexa engrenagem que é a excelência do nosso quadro funcional.

Refiro-me tanto àqueles que estão conosco quanto àqueles que já estiveram; que cada um, em

seu papel, garante a legitimidade do processo eleitoral e fortalece a democracia. Para dar uma dimensão do nosso trabalho, lembrando aqui aqueles que já nos presidiram, como o desembargador Anselmo Cerello, desembargador Ricardo José Roesler, a desembargadora Maria do Rocio, desembargador Prudêncio, que esteve conosco em 2004 e 2005, dou a dimensão do nosso trabalho para as eleições de 2026. Já temos mapeadas mais de 32 mil atividades. Eu não poderia esquecer aqui o desembargador Cid Goulart Júnior que, inclusive, o chamo de meu padrinho. Ao encargo da sede do tribunal e dos cartórios eleitorais, a Justiça Eleitoral catarinense conta com um quadro especializado e nacionalmente reconhecido que ao longo desses 80 anos de história, desembargador Carlos Roberto, nosso vice-presidente e corregedor regional eleitoral, o qual conduzirá as próximas eleições, demonstrou incontáveis vezes seu comprometimento. Esse esforço justifica a confiança recebida e a sólida parceria permanente firmada com as instituições que representam o nosso Estado. Refiro-me ao quadro no sentido amplo, os servidores de carreira que aqui vejo muitos; os servidores requisitados de outros órgãos, que ajudam a formar nossa espinha dorsal, especialmente no interior do Estado; os contratados e terceirizados que se integram à cultura organizacional e são fundamentais ao funcionamento das nossas atividades; os estagiários que oxigenam nossas equipes, trazendo as referências acadêmicas e o bem-vindo espírito de curiosidade. Assim, não é por coincidência que o nosso Estado foi palco de inovações históricas para o processo eleitoral.

Sediamos a primeira votação eletrônica e a primeira totalização eletrônica em caráter oficial da América Latina. Esses marcos ocorreram no plebiscito de 31 de março de 1991 para a emancipação do então distrito de Cocal, hoje município de Cocal do Sul. A consulta popular utilizou 42 computadores adaptados em um projeto conduzido pelo nosso TRE, com apoio de universidades catarinenses. Era um embrião que, em

cinco anos depois, viria a ser a urna, a urna atual. Eu nem digo mais urna eletrônica, porque a outra, desde 2014, em Santa Catarina, não utilizamos a conhecida urna de lona. O desenvolvimento e a implantação desse sistema tiveram uma relevante participação catarinense, a ponto de justificar a realização do ensaio geral nacional em nossa capital. *[Taquígrafa: Rubia]*

A primeira vez no Brasil que se votou eletronicamente, desembargador Jaime Machado, e de forma oficial para o cargo majoritário, o feito ocorreu no segundo turno das eleições de 1994, na eleição para governador em cinco sessões no Colégio Maria Imaculada, em Florianópolis. Essa ação pioneira motivou a vinda do então Presidente do TSE, Ministro Sepúlveda Pertence, que voou para cá para proclamar o resultado da apuração daqueles 1.880 votos. A justiça eleitoral em segmento superlativo do Poder Judiciário, que sazonalmente realiza com segurança e transparência, esforços logísticos e de processamento, cujo porte e complexidade não encontram correspondência em nenhum outro ramo. Alcançar o porte necessário e realizar esse esforço, Desembargador Francisco Neto, ao longo de poucos dias ou mesmo horas, seria inviável, sem contar com apoio adicional. Nesse sentido, destaco a importância vital dos mesários e demais auxiliares eleitorais posicionados na fronteira entre ser um público interno e ser um público externo, esse conjunto de pessoas ocupa vários papéis importantes e é tradicionalmente referido como: convocados. Essa expressão não se adequa à população catarinense, já que a cidadania é tão presente em nosso Estado, a ponto da absoluta maioria dos mesários em Santa Catarina, serem formados por pessoas que se inscrevem como voluntárias para prestar esse serviço em benefício das suas comunidades. Deputado Fernando, mais uma vez, os números são superlativos, uma eleição em nosso Estado envolve mais de 67 mil mesários e outros auxiliares. Na mais recente eleição presidencial, em 2022, o percentual de voluntariado nas nossas convocações foi de 68%. Municípios como Pomerode e Lages, 100%

dos mesários são voluntários. Não podemos, portanto, deixar de valorizar esse público e o faremos logo a seguir de forma especial, como já foi feito. Ao longo de um processo eleitoral, temos um exército de 94 mil pessoas que atuam para enaltecer a importância para que a escolha ocorra de forma mais ordeira e democrática. Esse é o papel fundamental da Justiça Eleitoral receber o voto e devolver o resultado das urnas. O outro público que fica na curiosa fronteira entre ser cliente e ser um integrante dessa imensa e precisa engrenagem é formado pelos eleitores, já que no dia da eleição eles exercem um direito fundamental que também é um dever cívico: comparecer para votar. Em nosso Estado a relação entre eleitores e os demais públicos envolvidos é positiva e harmoniosa, testemunho das características de nossa população e de um relacionamento construído ao longo de oito décadas de merecida confiança.

Não poderíamos, portanto, deixar de reconhecer também o eleitorado nesta homenagem pela data especial e aqui foi simbolizado pelos eleitores que, gentilmente, atenderam a um chamado nosso para aqui comparecerem. Nós temos muitos eleitores acima dos 100 anos, o que simboliza o comprometimento com o processo eleitoral, porque a partir dos 70 anos, ele já tem o voto facultativo e o exemplo de que está aqui, como a senhora com 104 anos, faz 34 anos que ela tem o voto facultativo. O senhor Sandri, há 31 anos, tem o voto facultativo, mas está representando para poder ajudar na escolha dos nossos dirigentes.

Assim, renovando os agradecimentos à Alesc, às demais instituições, às autoridades aqui presentes e aos amigos, tenho aqui os meus colegas do Ponta Firme Futebol Gourmet, que o desembargador Carlos Roberto participa, e o desembargador Civinski também é uma honra tê-los aqui.

O reconhecimento da Justiça Eleitoral a todas as equipes e pessoas que integram as atividades eleitorais em nosso Estado. Em 80 anos a Justiça Eleitoral de Santa Catarina não apenas resistiu, mas evoluiu transformando a transição do poder em um ato de transparência e cidadania exemplar. A

nossa missão é interrompida zelar para votar pelo direito fundamental do voto, com a força de nossa gente e a certeza do nosso propósito que enaltecemos esta celebração de hoje.

Finalizo com as palavras que definem nossa razão de ser, palavras que por se referirem ao Congresso proferidas por Ulisses Guimarães, cabem perfeitamente a esta Casa Legislativa e ao sentido do nosso trabalho. "A democracia é a única força capaz de conter o arbítrio e dar ao povo o seu lugar de soberano." Viva a justiça eleitoral, viva a democracia! Muito grato!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Krelling) - Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Carlos Alberto Civinski.

O SR. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO CIVINSKI - Boa-noite a todos! É um prazer estar aqui, agradeço a Deus e agradeço à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através do Deputado Julio Garcia, agora representado pelo Deputado Fernando Krelling, aqui. Cumprimento especial às autoridades da Mesa e autoridades já citadas pelo protocolo. [*Transcrição: Taquígrafa Ana Maria*]

Eu quando assumi o compromisso de focar nas pessoas: os juizes eleitorais, os servidores de primeiro e segundo grau, o pessoal de apoio, os mesários e os eleitores. Essas são as pessoas em quem precisamos focar o nosso trabalho.

Hoje, a Assembleia Legislativa escolheu homenagear os nossos eleitores e os nossos mesários. São eles que fazem a democracia. Talvez não no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina, na última eleição, estivemos presentes em algumas solenidades de diplomação e entregamos homenagens aos eleitores acima de 100 anos e aos mesários mais antigos das zonas eleitorais, o que foi um prazer imenso.

Os juizes eleitorais fizeram o mesmo, em extensão, ainda que não houvesse representantes do Tribunal, realizando homenagens como forma de agradecimento aos eleitores e aos mesários, como

destacado pelo diretor-geral. Quero cumprimentar o senhor Sandri, lembrando que o conheci em Itajaí, ocasião em que registramos fotos e sua família manteve contato. Observo, que o senhor está com saúde, demonstrando seu interesse em participar do processo eleitoral.

Em Blumenau, tive a grata surpresa de entregar a comenda aos eleitores e ouvi-los proferir discursos em defesa da cidadania, a fim de concitar aquela comunidade que está presente e chamar os eleitores da terceira idade para que comparecessem ao local de votação para exercitar o seu direito. Por este motivo, cumprimento a Assembleia pela iniciativa de reconhecer os eleitores e os mesários mais antigos, ressaltando que, inspirados por essas pessoas, tem sido possível alcançar quase a totalidade de voluntários.

Senhor Presidente, hoje a comemoração dos 80 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral, ganha um brilho especial na forma desta homenagem prestada pela Casa do Povo catarinense, que compartilha entre tantos laços, o fato de ter a democracia como elemento de destaque em sua missão institucional. Esta celebração é um tributo à história de dedicação e visão daqueles que nos antecederam e pavimentaram o caminho com o propósito inabalável de integrar o Estado e promover os avanços necessários à consolidação da democracia e a contribuição dos que por aqui passaram, é a nossa base mais sólida, a exemplo do desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho e de tantos outros magistrados, servidores e colaboradores, honramos o legado de compromisso com a excelência.

Importante parceiro e fundamental aliado, o Poder Legislativo de Santa Catarina presta sempre todo o apoio à Justiça Eleitoral nas iniciativas que unem os objetivos das duas instituições. É um prazer vê-los juntar-se a nós na celebração desta data tão importante para o nosso país, por ser alusiva ao compromisso nacional com a democracia.

A data de reinstalação da Justiça Eleitoral representa a retomada dos princípios democráticos

que caracterizam a nossa República e que entre 1937 e 1945, como revelou o nosso mestre cerimonias, estiveram suspensos durante a vigência da Constituição outorgada pelo Estado Novo. No momento de retomada da liberdade, no ano de 1945, o nosso país tinha pressa em voltar a ter as eleições democráticas. Foi assim que, num prazo de apenas duas semanas, a partir da aprovação do novo Código Eleitoral, o TSE foi reinstalado no Rio de Janeiro e ressurgiu TRE em Santa Catarina. Em 7 de junho daquele ano operando, inicialmente, no Palácio da Justiça, que, à época, funcionava na Praça Pereira Oliveira, em Florianópolis, que o TRE/SC teve a sua primeira sessão, inaugurando a série que prossegue ininterruptamente até os dias atuais.

Já no segundo dia após a sua reinstalação, o nosso TRE dividiu sua circunscrição na forma de 37 zonas eleitorais iniciais, que abrangiam todo o território catarinense e atendiam à população local para as questões do cadastro eleitoral e da realização de eleições. Essas unidades, que até hoje mantêm sua numeração original, posteriormente, foram subdivididas e reformuladas, dando origem a atual divisão em 100 zonas eleitorais, de modo a manter a proximidade ao cidadão, seja para a atuação judicial ou administrativa. Não poderia ser diferente, pois essas zonas eleitorais, assim como o próprio TRE de Santa Catarina, compartilham uma missão estratégica cujo norte é o fortalecimento da democracia. Isso envolve atuação contínua em cada um dos municípios do nosso Estado, que prima pelo pioneirismo e pela inovação. Faço aqui uma saudação especial à presença do desembargador Carlos Prudêncio, que presidiu o TRE de Santa Catarina no período de 2004 a 2005 e é reconhecido pelos mesmos atributos, porque eu sei que o senhor passou por dificuldades de saúde, mas está aqui vencendo os seus problemas e prestigiando a Justiça Eleitoral. Quero prestar um tributo a vossa excelência, pois foi inovador, naquele período, especialmente pelo sistema eleitoral que temos até hoje, como a urna eletrônica, na qual

sua participação foi decisiva e é motivo de orgulho para todos os catarinenses.

Essa atuação contínua e estratégica manifesta-se de forma decisiva nos anos ímpares, quando a Justiça Eleitoral, longe da efervescência do pleito, concentra toda a sua estrutura no planejamento minucioso do que será realizado nos anos pares, garantindo a solidez e a transparência do processo eleitoral. A propósito, vale destacar a fala recente do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco Oliveira Neto: "A Justiça Eleitoral catarinense é exemplo de eficiência, transparência e respeito à cidadania. Cada eleição realizada é uma vitória da democracia e da participação popular."

Em Santa Catarina, celebramos esta data em parceria com o Tribunal de Justiça, em sessão solene na sala de sessões do Ministro Teori Zavascki. Instituições e pessoas envolvidas na promoção da democracia em nosso Estado foram homenageadas, reconhecendo-se o papel fundamental de servidores ativos, aposentados, ex-presidentes do TRE de Santa Catarina, meios de comunicação e parceiros institucionais. *[Transcrição: Jênilfer]*

O lançamento do selo comemorativo de 80 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral e o protocolo de intenções para uso compartilhado de espaços nos fóruns para abrigar os cartórios eleitorais, simbolizam o compromisso contínuo com eficiência a integração e a inovação institucional. A atuação do gabinete de pronta resposta nas eleições recentes é exemplo de modernização, agilidade e de segurança, com apoio de instituições como o TCE de Santa Catarina, o Ministério Público Estadual, a Procuradoria Federal, Polícia Estadual e Federal, para citar só alguns exemplos. São cinco dezenas de instituições que formam o gabinete de pronta resposta.

Hoje, colocar a democracia cada vez mais ao alcance da população permanece sendo a tônica da atuação da Justiça Eleitoral em Santa Catarina. E isso se reflete em iniciativas como a Justiça Eleitoral em Movimento, que desde 2023 leva o cadastramento eleitoral biométrico aos municípios

e comunidades com menos acesso presencial aos nossos balcões físicos. E hoje de manhã inauguramos um ponto avançado de atendimento em Itapoá, uma comunidade progressista que em dez anos entre as eleições de 2010 e 2022, dobrou a população, dobrou o eleitorado e a perspectiva é muito grande. Foi um momento maravilhoso! Quero registrar aqui que a desembargadora Maria do Rocio instituiu o Justiça Eleitoral em Movimento, que é o atendimento ao eleitor durante alguns dias e que é feito naqueles lugares onde não tem cartório eleitoral. Então, estamos levando esses pontos de atendimento para facilitar a vida dos nossos eleitores, a fim de que eles possam se cadastrar e votar com tranquilidade e, inclusive, inibindo um pouco aquela abstenção que nós temos visto aí nas últimas eleições.

É nesse contexto que o nosso Estado se destaca por sua contribuição reconhecida e propalada para os avanços no sistema eleitoral brasileiro, fruto de um povo ordeiro cuja característica é a dedicação à coisa pública e ao apoio inestimável de suas entidades organizadas, que são uma das molas propulsoras do sucesso em Santa Catarina. Ao iniciar este pronunciamento, mencionei a parceria catarinense entre Legislativo e a Justiça Eleitoral e não poderia encerrá-lo sem expressar o quanto nos orgulha realizar aqui na Assembleia Legislativa, já por duas eleições consecutivas, como mostrou aquele vídeo, todo o procedimento de auditorias das urnas, medida essencial para manter e ampliar a confiança que o povo catarinense tem em nosso trabalho. Em cada voto, em cada urna auditada, seguimos a nossa essência de ser a balança que pesa com equidade e a lanterna que ilumina o caminho da soberania popular, garantindo que o direito do eleitor seja voz máxima.

Por fim, senhor Presidente, meu agradecimento e reconhecimento à força, dedicação e comprometimento de cada peça desta engrenagem grande e complexa que é a justiça especializada eleitoral aqui em Santa Catarina, dos integrantes do Pleno, meus colegas. E aqui me permito fazer referência a um amigo, o desembargador Carlos

Roberto da Silva, a quem passarei a batuta para que possa reger esta magnífica orquestra, destacando aqui os seus predicados pessoais, acadêmicos e profissionais. Esses predicados já são a garantia de êxito na condução do pleito de 2026, desembargador Carlos Roberto da Silva. Aos juízes eleitorais, servidores, terceirizados, estagiários e convocados, saibam de público que a contribuição de cada um e de todos é vital para o cumprimento da nossa missão e, especialmente, aos eleitores, a grande razão de nossa atuação estampada na nossa missão.

Senhor Presidente, a qual faço questão de citar, garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia, a razão pela qual nós existimos. Assim, ao agradecer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, a homenagem hoje recebida aqui pelo seu presidente, mas que eu divido efetivamente com todos que formam essa grande engrenagem, os nossos colegas do passado e do presente, servidores, magistrados, requisitados e a todos. Gostaria também de agradecer aos senhores deputados, ao corpo funcional da Alesc e a todos os demais colaboradores que tornaram possível a sintonia que existe em nosso Estado, entre a Casa do Povo catarinense e a Justiça da Democracia.

Nesses 80 anos de reinstalação, a Justiça Eleitoral de Santa Catarina consolida-se como um pilar essencial, um instrumento forjado na história para honrar o ideal democrático. Se no passado foi a faísca que reacendeu a liberdade do voto, hoje é a chama que mantemos acesa como pioneirismo e transparência, preservando o direito que nos define como nação.

Senhor Presidente, quero interromper o meu discurso aqui, fazer um parêntese e saudar o desembargador Blasi, nosso querido e eterno presidente, que foi integrante desta augusta Assembleia Legislativa por mais de um mandato, foi do Executivo, foi secretário de estado da administração, da segurança pública, advogado brilhante. Inclusive, fez parte da minha banca,

falo sempre, na sua mocidade já era lembrado pela sua competência. Faço aqui essa pequena homenagem a vossa excelência que soube sempre encaminhar todas as questões ligadas ao Poder Judiciário e à Assembleia, porque conhece todos os caminhos. Queria dizer que o sucesso do Tribunal de Justiça desses últimos anos, deve-se muito a sua pessoa.

Também queria cumprimentar os meus amigos que já foram referenciados, do futebol, que nos prestigiam. Queria agradecer a minha amiga, a doutora Lúcia Helena, que é servidora aposentada do Tribunal de Justiça; a presença dos meus familiares aqui, meus sobrinhos, minha filha, meu neto, que é a inspiração para a continuidade da vida e da motivação.

Encerro este momento com as palavras do mestre Rui Barbosa, que eu gosto muito de citar e me espelho, porque ele é um símbolo da liberdade, reverenciado na Polônia. Quando eu e o meu amigo Ivan Walendowsky estivemos na Polônia, há dois anos, visitamos o Colégio Liceu Ruy Barbosa, com 102 anos de fundação e foi edificado em homenagem a Rui Barbosa, porque quando da reorganização da Polônia, logo após a guerra de 1918, ele que conseguiu a aprovação de todas as nações, pois naquela época não tínhamos a ONU, tínhamos a Liga das Nações, através da sua ação libertária emancipar aquele povo e reconhecer a Polônia como um país soberano de novo. [*Transcrição: Taquígrafa Sílvia*]

E lá fala-se o português como língua facultativa, estuda-se o português, dos 1.100 alunos 300 estudam a língua facultativa. Nós temos mantido um contato estreito, então cito sempre o Rui, porque às vezes algumas pessoas não são muito bem lembradas e ele é uma figura ímpar na nossa história, não é à toa, que é o patrono do nosso Senado. Então, cito o Rui, são palavras que ecoam o propósito da nossa existência e abro aspas para ele: "A política é a arte de conciliar a liberdade e a autoridade." Em nosso caso, digo eu, a justiça eleitoral é a arte de conciliar a soberania do eleitor e a autoridade da lei, garantindo a

solidez da nossa República. Muito obrigado a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Krelling)- Neste momento, faço uso da palavra antes do encerramento da sessão.

Boa noite a todos! Uma noite muito especial, ainda mais em um momento como este de comemoração e de momentos emocionantes de gratidão e reconhecimento a tantas pessoas que fizeram parte dessa história de 80 anos. Uma história que não é apenas uma marca cronológica, mas uma história de conquistas, de desafios, mas principalmente de aperfeiçoamento contínuo e diário.

Então, a Justiça Eleitoral catarinense e o TRE, têm feito isso diariamente, mesmo nos tempos de hoje, onde lidamos com diversas críticas, lidamos com diversas dúvidas, mas com coragem, com resiliência a Justiça Eleitoral catarinense está cada vez mais forte.

Portanto, parabéns a todos vocês que fazem a Justiça Eleitoral Catarinense acontecer. A todos que fizeram parte dessa história, o meu reconhecimento, a todos os colaboradores, pessoas especiais. Quando eu assistia o vídeo, confesso para vocês que eu não sou ansioso, mas quando eu vejo o vídeo com várias urnas eletrônicas e contagem de votos, já começo a pensar em 2026 e começo a ficar ansioso, porque realmente é um dos momentos - para o político em si - de maior ansiedade, aquele momento de encerramento das eleições.

Gostaria de agradecer de uma forma muito carinhosa o nosso presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Francisco de Oliveira Neto; o Marcos Roberto Araújo dos Santos, desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, seja muito bem-vindo à nossa cidade de Santa Catarina; o Henrique de Freitas Junqueira, representando neste ato o Governador Jorginho Mello; o Eduardo de Oliveira Rodrigues, procurador-chefe substituto da Procuradoria da República de Santa Catarina; e também ao nosso presidente, o homenageado da noite em nome do

Presidente do TRE, o nosso desembargador Carlos Alberto Civinski.

A todos vocês, meus amigos, quando recebi a missão de substituir o Presidente Julio Garcia, eu aprendi algo com o meu pai, meu pai que eu perdi faz um ano, ele me disse o seguinte: "Fernando, todas as pessoas que em algum momento da vida te homenagearam, te diplomaram, seja grato e quando tiver a oportunidade de agradecer a eles, faça isso." Então, nunca tive a oportunidade de agradecer abertamente ao TRE. Agradei à escola do ensino fundamental, agradei ao meu ensino médio que me diplomou, agradei à universidade, mas hoje de uma forma muito carinhosa - eu tenho certeza de que é uma palavra de todo o Parlamento catarinense - eu quero agradecer a todos vocês. Eu tive três diplomações do TRE, uma como vereador mais votado da história de Joinville, duas como deputado estadual que eu deixei consolidado ali na parede do meu gabinete e toda hora que eu penso em desistir, eu olho para aquele diploma e digo assim: Gente, eles me deram a chave e a responsabilidade de representar uma população. Portanto, fica aqui a minha gratidão a todos os colaboradores, aos voluntários, às pessoas que fazem realmente a Justiça Eleitoral catarinense ser essa referência.

Falava agora há pouco de um país onde a gente vive uma crise política enorme, polarização, não entrando nessa esfera, mas onde existe muita dúvida da Justiça Eleitoral e hoje nós, Santa Catarina, somos exemplo e referência. O país é exemplo e referência com a sua Justiça Eleitoral. Países de diversos locais do mundo, de diversos continentes, espelham-se e tem uma inveja, aquela inveja boa do Brasil, porque antigamente - eu acompanhava meu avô, quando foi vereador - demoravam-se dias ou até mesmo semanas para conseguirmos o resultado das eleições. Hoje, no país com 150 milhões de brasileiros, o Estado com mais de 6 milhões de eleitores, em poucas horas nós temos um processo com lisura, transparência e com uma resposta muito rápida. Então, a minha gratidão a todos vocês que nunca deixaram que esse

discurso atingisse todos vocês e atingisse a Justiça Eleitoral. Fui eleito três vezes pelas urnas eletrônicas e digo para vocês que sou defensor, sim, e vou defender até o último dia do meu mandato e continuarei como eleitor defendendo as urnas eletrônicas, pelo fato de que elas estão consolidadas e servem de referência para todo o mundo. No Brasil realmente nós temos que melhorar em muita coisa, mas a nossa Justiça Eleitoral é exemplo. Que fique registrado aqui que saindo desta homenagem, esta sessão especial, a gente continue com muita resiliência, com muita coragem defendendo a cidadania, a democracia, a justiça e a serenidade no nosso Estado de Santa Catarina.

Que Deus abençoe todos vocês, muito obrigado pela oportunidade! Obrigado ao Presidente Julio Garcia por me dar a oportunidade de agradecer a quem um dia me diplomou.

A Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o comparecimento nesta noite tão especial.

Convoco sessão ordinária, para amanhã, em horário regimental. Após ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina, composição de José Brazilício de Souza e Horácio Nunes Pires, pelo Coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, estará encerrada a presente sessão.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Yasmim]*
(Ata sem revisão dos oradores.)